SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL
E PESSOA IDOSA

ATA DA 2° REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO MÊS OUTUBRO DE 2024 DO CEDM

Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às 14 horas e quarenta e cinco minutos em segunda chamada, por web conferência pela plataforma do Google Meet com Link: meet.google.com/mch-ehgp-skw deu-se início a 2° reunião extraordinária do CEDM. Estavam presentes; **Conselheiras Representantes Governamentais**: Titular: Mariana de Sousa Machado Neris (SEMIPI); Suplente: Adriana Siuta Lemos (SEMIPI); Titular: Andrea Mary Cuéllar Tramujas (SEEC); Titular: Jussara Fátima Ribeiro (SEAB); Titular: Maria Lúcia Raimondo (SETI); Suplente: Claudete Carvalho Canezin (SETI); Suplente: Sandra Aparecida da Silva (SEED); Suplente: Carla Koniecznіak Aguiar (SESA); Titular: Joselli Colaço (Casa Civil); Suplente: Eduarda Souza de Moura (SEDEF); Titular: Cristina Viana de Jesus (SEPL); Titular: Marcia de Oliveira Amorim (SECID); Suplente: Carolina Pauleto Ferraz Zancan (SESP); **Conselheiras Representantes da Sociedade Civil**: Titular: Maria Isabel Pereira Corrêa (UBM); Suplente: Raissa Silveira de Melo Haquim (UBM); Suplente: Fernanda Queiroz (FM/PR); Titular: Tais Adams Gramowski (APP/Sindicato); Titular: Carmen Regina Ribeiro (RFS); Titular: Marcia Aparecida de Oliveira Neves (CUT); Titular: Ivanete Paulino Xavier (RMN); Titular: Rosalina Batista (ASSEMPA); Suplente: Silvana Rausis Fcachenco (ASSEMPA); Titular: Maria Inez Barboza Marques (UNESPAR); Suplente: Bruna Marcelly Coutinho (Casa de Malhu); Titular: Ana Cláudia Marochi (SINDIEDUTEC); Suplente: Lisandra Maria Kovaliczn Nadal (SINDIEDUTEC); **Colaboradoras(es) e Convidadas(os)**: Jaqueline Alves Amendola Heinzl; Claudinéia Angélica dos Santos; Carmen Zadra; Camila Mafioletti; Eliziane Hennemann; Jordão dos Santos; Giuliana Karoline Gomes Mann; Fernanda Cristina Heberle; Kaomi Maltez Alves; Priscila Alves da Silva; Sionara de Paula; Deise Tokano; Pamela Ribeiro Velho; Larissa Sayuri Yamaguchi; Natasha Queiroz; Sueli Galhardi; item hum; **1) Boas vindas da Presidente:** A Presidente Ivanete Paulino Xavier deseja uma boa tarde a todas as Conselheiras, a toda a equipe da Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI) e convidadas(os), justifica a ausência na reunião de hoje da Conselheira Luciana de Novaes da SESP por motivo de férias e Mariana Silva da Costa da SETR por motivo de exame médico, declara aberta a reunião e passa para o ponto da pauta; item dois; **2) Apreciação e Aprovação da Pauta:** A Presidente Ivanete faz a leitura da pauta, e a mesma foi aprovada; item três; **Fala da Coordenação da Universidade Estadual de Londrina - Apresentação do Projeto de Formação das Conselheiras**: A Conselheira Claudete Carvalho Canezin representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) cumprimenta a todas, diz que é a Coordenadora representante da Universidade Estadual de Londrina (UEL), indicada pela Reitora Marta Regina Gimenez Favaro, diz que o projeto já foi encaminhado para a leitura pelas Conselheiras porém gostaria de apresentá-lo, fala que foram feitas já 5 reuniões discutindo o plano elaborado pela Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), nestas reuniões percebeu-se que o conteúdo programático estava muito extenso e então foi diminuído, fazendo o melhor para ter realmente o curso de capacitação que todas as Conselheiras desejam e que com certeza conseguirão contemplar, pergunta então se poderá falar sobre o conteúdo do programa pois vê solicitações de fala, a Conselheira Maria Isabel Pereira Corrêa representante da UBM pede a palavra, cumprimenta a todas, diz que a primeira questão é que esta não é uma formação da SEMIPI portanto não poderiam ter acontecido já 5 reuniões antes que este projeto viesse para a Comissão de C[1]omunicação do CEDM, a qual a Conselheira Rosalina Batista representante da ASSEMPA é Coordenadora e que também não aprova o projeto como ele foi elaborado pela SEMIPI, a segunda questão é que no período da pandemia foi feito um curso de formação que era o que dava para fazer na época, foi feito somente pela Sociedade Civil e foi um curso bastante proveitoso e a terceira questão é que sabe que existe o recurso de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para se usar, quer muito que o curso aconteça porém, não concorda com a plataformização que se traz com esse trabalho, entende que muitas aulas tem que ser virtuais mas dá o exemplo do curso que elas fizeram no passado que era virtual e tinha o diálogo com quem estava assistindo, depois tinha a gravação, pensa que esse diálogo é fundamental, pois via de regra, as Conselheiras dos Conselhos Municipais, das cidades menores, são mulheres extremamente simples, então entende que o projeto que a SEMIPI elaborou está extremamente elitizado, uma elitização do corpo docente, ou seja, exigência de que se tenha ensino superior, pós graduação, e diz que com isso se perdem pessoas com extrema experiência de controle social, pessoas como a Conselheira Rosalina Batista, uma mulher idosa que ainda permanece com esse trabalho de ir aos municípios e fazer palestras e formar minimamente as Conselheiras, então sugere que se tenha uma coordenação ampliada e colegiada, isto é, o Conselho também deve estar nesta coordenação geral, a Secretária Executiva Kaomi Maltez Alves fala no “chat” que aconteceu uma

1 Publicado no DIOE em 18/11/2024 n°11789

reunião conjunta entre as Comissões de Comunicação e Planejamento no dia 8 de agosto de 2024, nesta reunião foi apresentado o projeto do curso de capacitação de Conselheiras, foi levado em plenária em setembro de 2024 e enviado via email no dia 18 de setembro de 2024 solicitando contribuições para o projeto, a Conselheira Claudete Carvalho Canezin diz que recebeu esse projeto pronto, que foi enviado para a UEL, foi escolhida para ser a Coordenadora estadual, e não chamou as Conselheiras para as 5 reuniões visto que foram feitas no sentido de verificar a viabilização da formalização da parceria, não estavam tratando de conteúdo, mas de logística, viabilidade de quem iria fazer as aulas gravadas, as síncronas, as assíncronas, estas reuniões foram necessárias, continua explanando que a abertura inicial do curso será em Londrina pois a cidade tem uma ótima infraestrutura, terá uma abertura ao vivo, com uma atividade cultural, uma atividade artística e uma abertura filmada pela Universidade Virtual do Paraná, fala que o curso terá a princípio a duração de 56 horas com atividades de capacitação, 10 encontros de 4 horas, com 2 horas de conteúdo com qualificação, com 2 horas de mesa redonda com a participação de Conselheiras e depois terá o encerramento dessa formação, a Conselheira Rosalina Batista pede a palavra e diz que depois que o conteúdo do projeto for aprovado poderão discutir o evento, a Conselheira Maria Isabel propõe que seja feito o encaminhamento para a Comissão de Comunicação deste Conselho para que sejam levantadas as situações, visto que esta Comissão já se debruçou sobre essa formação e já tem vários conceitos sobre como deve ser este curso, pois o curso é do Conselho, a Conselheira Maria Inêz Barboza Marques da UNESPAR pede a palavra, diz que concorda com o encaminhamento da Conselheira Maria Isabel porque pensa que o curso de capacitação é do Conselho, que teve um curso elaborado pelo Conselho que foi muito bom, portanto a Comissão de Comunicação deve discutir esse projeto, a Conselheira Claudete Carvalho Canezin pede a palavra, diz que devido a recusa de algumas Conselheiras representantes da Sociedade Civil de ouvirem a apresentação do projeto e do desacordo com relação a ele, fala que não fará mais parte na Coordenação deste curso, agradece muito o convite, se sente honrada por ter sido lembrada para esta Coordenação porém, agradece e diz que irá se retirar da reunião, as Conselheiras Jussara Fátima Ribeiro (SEAB), Márcia de Oliveira Amorim (SECID) e Joseli Collaço (Casa Civvil) se manifestaram pelo “chat” se solidarizando e lamentando por terem calado a fala de Claudete, a Colaboradora Carmen Zadra da Coordenação de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher da SEMIPI pede a palavra, deseja uma boa tarde a todas, fala que gostaria de a princípio colocar uma questão a se analisar com relação aos Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, para validar o processo de capacitação ou inviabilizar o mesmo para este ano, explica que se não conseguir aprovar agora ou nos próximos dias esse projeto, provavelmente vai acontecer uma capacitação somente em meados do próximo ano, bem quando os conselhos municipais vão estar aprovando as contas dos municípios e analisando os documentos dos municípios, regularidade, e fundo, as condições estão bem precarizadas em vários aspectos tanto com relação à capacitação, tanto com relação ao papel do Conselho, com relação à representatividade, com relação à organização e vigência do mandato, diz que isso preocupa muito porque tem que se discutir o plano de capacitação destes Conselhos Municipais, dos gestores, orientar os municípios com relação a prestação de contas, com relação a utilização dos recursos, então a discussão agora está sendo do conteúdo, metodologia desse projeto apresentado, que é um projeto desta gestão, deste Conselho, mas entendendo a importância que tem esse processo de capacitação e a condição a ser dar para essas conselheiras com relação à aprovação das contas municipais ou mesmo o entendimento de qual é o papel da política de garantia de direitos da mulher nos municípios, diz que fica preocupada se no caso de interrupção do projeto, ele será viabilizado somente para o 2° semestre do próximo ano, finaliza sua fala dizendo que este plano de capacitação tem que existir, que ele contenha um processo básico, um processo de mediário, um processo de avançado de capacitação das Conselheiras Municipais, pois os Municípios precisam muito desta capacitação, agradece a todas, a Presidente Ivanete agradece Carmen, a Conselheira Márcia Aparecida de Oliveira Neves da CUT pede a palavra, cumprimenta a todas, diz que o seu objetivo não é inviabilizar o processo mas sim fazer que de fato ele represente aquilo que se precisa, que realmente se obtenham os resultados desejados, então referenda o encaminhamento anterior de retornar o projeto para a Comissão de Comunicação deste Conselho para discutir de uma forma homogênea o método e o conteúdo, pois eles caminham juntos, Ivanete agradece Márcia, a Conselheira Carmen Regina Ribeiro da RFS pede a palavra, cumprimenta a todas, diz que gostaria de complementar e reforçar alguns pontos, pensa que o primeiro ponto é o de que quando recebeu e leu a proposta apresentada entendeu que a mesma foi elaborada pela UEL, inclusive com a definição de quais profissionais poderiam participar desse processo de capacitação, então sendo falado nesta reunião que a UEL a recebeu pronta, indaga quem fez essa proposta, isso a deixou com dúvida, fala que o segundo ponto é o de que a Conselheira Rosalina Coordenadora da Comissão de Comunicação pediu ajuda para poder desenvolver o projeto de capacitação e pensa que todas as Conselheiras falharam em não dar um apoio maior para a Comissão para deslanchar esse trabalho a tempo, um trabalho representando o pensamento do Conselho, diz que o terceiro ponto é o de que o projeto inteiro é uma formação longa e pesada, entende a preocupação de Carmen Zadra em termos de tempo suficiente para atuar dentro de todas as premissas e características de um tribunal de contas, entendendo todo o emaranhado que significa isso, essas

coisas nunca foram discutidas, por exemplo, o que se espera de um Conselho Municipal no sentido de aprovação de contas, conta que quando fizeram o primeiro curso com apoio da Escola de Gestão não existia o Fundo Estadual dos Direitos da Mulher, não existia dinheiro, portanto não existia por que se preocupar com relação a prestação de contas, no curso se preocuparam mais em discutir a função do Conselho, o que faz uma Conselheira, quais são os instrumentos que tem na mão do Conselho, todas essas coisas que continuam ainda sendo necessárias, portanto concorda com o encaminhamento de retorno da proposta para a Comissão de Comunicação deste Conselho para que a mesma seja reformatada, concorda também com a Conselheira Márcia com relação ao fato de que o método decorre também do conteúdo então pensa ser importante a gravação das aulas mas também muito importante a questão de se ter um "feedback" já durante as aulas, Ivanete agradece Carmen e passa a palavra para a Conselheira Rosalina Batista da ASSEMPA, Rosalina diz que também ficou na dúvida se este projeto é da SEMIPI ou do Conselho, se o curso será pago com o recurso do Fundo do Conselho então a Comissão irá se debruçar para trabalhar o conteúdo do curso, diz não ter formação acadêmica, não está discutindo a pessoa dela, diz que ela é ativista que acredita que a educação é que transforma as pessoas, que tem 77 anos, que foi para o movimento em defesa da mulher no ano de 1988, que tem bem mais da metade da sua vida em luta de controle social, em palestras em todos os locais, que já coordenou um curso de formação de conselheiro do Conselho Estadual da Saúde nos 399 municípios do Estado e não recebeu nenhum dinheiro por isso, mas conseguiu ser respeitada, indaga se a Conselheira Claudete Canezin foi mesmo indicada pela Reitora da UEL ou o projeto já veio pronto para ela coordenar, diz que isso precisa ficar claro, continua falando que não concorda com aulas gravadas, que com aulas gravadas só se escuta, as pessoas não podem trazer as suas necessidades, finaliza a sua fala dizendo que era isso que gostaria de colocar e chamar a atenção de todas para que saibam qual é o seu papel como Conselheira, não somente de aprovar sem poder discordar e não ser respeitada, se desculpa pelo desabafo e indaga, o projeto é do Conselho ou não é, de quem é o projeto, para quem é esse projeto, pois o que foi apresentado de conteúdo não serve, a Presidente Ivanete agradece Rosalina, a Conselheira Claudete Carvalho Canezin pede a palavra e esclarece o questionamento da Conselheira Rosalina dizendo que o projeto chegou pronto da SEMIPI para a UEL, que informaram a Reitora da UEL que a escolhida para coordenar este curso seria ela, fala que foi a Reitora da UEL que a informou a respeito pois a mesma havia tido uma reunião na SEMIPI e a seguir a chamou para uma reunião informando que ela seria a Coordenadora do curso, a Presidente Ivanete agradece Claudete e passa a palavra para a Conselheira Taís Adams Gramowski da APP/Sindicato, Taís deseja uma boa tarde a todas, diz que é Conselheira Municipal pela terceira gestão então pensa que é importante que essa formação seja ao vivo porque aula gravada deve ser bem superficial, bem básica, pode ser uma introdução para quem está chegando, mas isso não é suficiente, precisa se construir coletivamente partindo dos locais de atuação, da categoria que representam, dos movimentos sociais que representam, da experiência como Conselheiras, concorda com a fala da Conselheira Maria Isabel quando diz que a proposta do curso está elitizada, cita o exemplo do programa de formação PLPs – Promotoras Legais Populares que tem um formato com professoras de universidade com doutorado mas também com muitas lideranças de movimentos sociais, que por vezes não têm o ensino fundamental completo e tem um papel muito importante nessa formação, inclusive, para as pessoas que tem baixa escolaridade, ver pessoas como elas e que tem condições de contribuir, é muito acolhedor, então destaca o nome da Conselheira Rosalina Batista para essa contribuição, pela experiência que tem, pela atuação que tem, finaliza a sua fala dizendo que é possível fazer uma formação, mas defende que ela seja mais inclusiva, que seja construída por esse Conselho e entende a urgência desse projeto de formação que contemple todas as Conselheiras Municipais, a Presidente Ivanete agradece Taís, a Diretora de Políticas Públicas para Mulheres e Vice Presidente do Conselho pede a palavra, justifica a sua ausência no início da reunião por motivo de uma convocação de reunião com o Ministério das Mulheres quando estava representando a Secretária Leandre Dal Ponte, diz que gostaria de trazer algumas informações porque pensa que a maior parte do debate até o momento está em torno da dificuldade de compreensão dos fatos em si, informa que em abril deste ano o Conselho fez a reunião descentralizada em Londrina e nessa reunião entenderam que era uma prioridade estabelecer um curso de formação para todas as Conselheiras de Direitos da Mulher do Estado Paraná, explica que sendo único o escritório regional que a SEMIPI tem em Londrina, com a Deise Tokano, perceberam que não teriam a capacidade de rodar em todos os municípios e fazer o curso de forma presencial, entenderam que a política da mulher é uma política ainda muito recente nos municípios, os Conselhos Municipais ainda estão muito fragilizados, isso foi identificado durante as Caravanas Paraná Unido pelas Mulheres, então foi perguntado para as Conselheiras quais seriam as sugestões da forma de executar um curso de formação, elas responderam que já havia um curso pronto feito no período da pandemia, a equipe da SEMIPI analisou o curso e percebeu que ele estava excelente, agregando todos os conteúdos básicos para uma Conselheira de Direitos da Mulher ingressar no Conselho, foi proposto pegar todos esses vídeos, pegar todo esse curso e fazer um plano de capacitação considerando a reprodução desses vídeos e desse material já feito por uma parte das Conselheiras da Sociedade Civil, que inclusive estão aqui hoje, fala que entende que

esse material é importante, sempre que os municípios solicitam auxílio são enviados o guia do sistema de governança e o link de acesso ao curso, então o conteúdo básico está sendo disseminado que já é material do Conselho dos Direitos da Mulher, já é um ritual rotineiro, a partir de tudo isto ela, Mariana, em maio ou junho deste ano buscou a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), fez uma agenda de reunião no sentido de ver a possibilidade de fazer o curso em Londrina, ver como poderia fazer esse curso ser disseminado para todo o Estado do Paraná, o Conselho entendeu que poderia passar o recurso para a SETI, que então passaria para todas as Universidades e assim fariam formações regionais, conta que a resposta obtida pelo Diretor da SETI é que teriam que já começar a colocar o projeto para rodar, para conseguir realizá-lo ainda este ano, teriam que já fazer a parceria com uma universidade, através de um instrumento jurídico chamado TED, instrumento jurídico recente no Estado, usado pela primeira vez em vários órgãos públicos este ano, e então o Diretor da SETI afirmou que a parceria viável seria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), a qual teria capacidade de iniciar as tratativas para começar a fazer o projeto e também já sugeriu a indicação da Conselheira e professora da UEL Claudete Canezin, fala que a seguir foi feita reunião com a Reitora Marta Favaro para ver se a UEL aceitaria a proposta e ver quem seria a Coordenadora, passado isso, em agosto deste ano foi feita uma reunião conjunta da Comissão de Comunicação com a Comissão de Planejamento, e outra em setembro com a Comissão de Planejamento e nestas reuniões tratou-se de uma proposta saída da SEMIPI para ver a viabilidade, para se ter uma estimativa de custo, um plano de ação, fala que começaram as tratativas com a UEL pela primeira vez esta semana, para ver a possibilidade de ainda ajustar alguma coisa, ainda sob o espectro do gasto, porque a data de hoje é a última data para decidir algo relacionado à execução dos recursos do fundo para uma reprogramação, continua a fala dizendo que se as conselheiras disserem hoje que querem voltar o projeto para a Comissão de Comunicação rediscutir, isso pode ser feito, não tem essa “sangria desatada”, não estão cometendo nenhum desrespeito com as Conselheiras, o projeto foi aberto para contribuições no dia 17 de setembro, somente a Conselheira Carmen Ribeiro enviou contribuições, mesmo assim foi marcada essa reunião de hoje para alinhar os conteúdos, caso fosse viabilizar o curso, mas pelo que entende, o curso não será viabilizado porque não é o formato que as Conselheiras desejam, portanto retira a proposta e a mesma será amadurecida no início do próximo ano quando liberar o orçamento de 2025, diz que não tem nenhuma necessidade de fazer uma aprovação desse curso a toque de caixa hoje, embora já se tenha um curso que funcione, fica ele valendo o curso que foi feito pelas Conselheiras durante a pandemia, esse fica sendo o curso oficial, pede então que as Conselheiras preparem uma nova proposta para se chegar a um acordo sobre o conteúdo porque a área técnica da SEMIPI não vai abrir mão de conteúdos básicos que são fundamentais para a função pois a gestão é de cobrança de uma qualidade dos Conselhos, diz que uma coisa é o que o CEDM viveu até hoje sem execução de orçamento, outra coisa é que a partir de agora com recurso público teremos responsabilidade perante os gestores e essa é uma diferença muito grande, finaliza a fala perguntando então se as Conselheiras vão prosseguir ajustando a proposta que já está na mesa ou a mesma será suspendida, a Presidente Ivanete agradece Mariana pela sua fala, a Conselheira Maria Isabel pede a palavra, diz que poderiam aprovar esse curso, mas com as devidas alterações que sim, terão que ser nessa proposta de trabalho, porque se ficar como está, o voto dela é contrário, porque pensa que da forma como ele está colocado, ele não vai atingir os anseios de preparo do controle social nos municípios, diz que sim estão fechando a porta, não é responsabilidade desse Conselho se não for aprovado, o Conselho é um coletivo e desse coletivo participam todas as Secretarias de Estado que têm assento aqui, fala também que se sentiu bastante desrespeitada quando disseram que para esta reunião seria trazido alguém da Universidade Estadual de Londrina, a reitora ou a pró-reitora de graduação, porque queriam conversar com alguém da Universidade, se seria a professora Claudete, deveriam ter falado, a reunião foi feita nesse dia porque foi dito que era o único dia que a reitora conseguiria participar então não deveriam ter dito que ela participaria, isso é transparência, e está lá na política nacional para as mulheres, fala que a participação no controle social exige transparência, inclusive, como Conselho, as Conselheiras tem obrigação de trazer essa transparência se não estão se sentindo confortáveis, se estão entendendo que não há essa transparência, como é que se vai pregar transparência para os municípios, diz que agora tem recursos, é pouco, mas é importante para este Conselho, conta que foi ela que levantou na reunião descentralizada no mês de abril em Londrina essa questão de que precisavam fazer a formação de Conselheiras porque perceberam em alguns Conselhos algumas deturpações, mas, diz que se está no limite do ano para uma decisão que foi tomada lá em abril, teve mais gente que errou também, todo mundo errou, então fala que tem que tentar fazer um exercício de chegada, talvez possa salvar, se não conseguir salvar esse recurso para esse projeto, diz que tudo bem, pensa que é um aprendizado da caminhada, que tem que parar, analisar com mais calma e então faz o chamado à todas as Conselheiras, o chamado da seriedade do trabalho que se está fazendo aqui, para não serem chamadas também de incapazes, pede desculpas por se exceder no volume da voz, diz que não "calaram" a voz da Conselheira Claudete Canezin, simplesmente foi um pedido de "ordem", para encaminhamento precede a fala de quaisquer outras pessoas e no caso, como se tratava de encaminhamento do projeto,

não faz sentido a apresentação, finaliza dizendo que este é um Conselho que acolhe a fala das mulheres, não as cala pois isto vai contra os princípios do mesmo, Ivanete agradece Maria Isabel pela sua fala e passa a palavra para a Conselheira Rosalina Batista da ASSEMPA, Rosalina diz que não estão aqui para desaprovar o projeto, até porque trabalharam muito para que esse projeto acontecesse, a recomendação que trabalharam na Comissão de Comunicação não aparece em lugar nenhum no projeto, também a situação que aparece no projeto, do fato da pessoa para dar aula ter que ser graduada em curso superior, não foi tratado na reunião descentralizada de abril em Londrina, porque o curso é para Conselheiras mas também tem uma responsabilidade de formar mulheres sobre o que é essa política, outra questão é da aula gravada que não dá condições de interagir, fala que tem que trabalhar com essa mulher, qual é o papel dela dentro do Conselho, o que ela representa no Conselho, quais seus poderes de decisão na questão do controle social, finaliza a sua fala dizendo que não está reprovando o projeto mas precisa saber se aprova o recurso e modifica o conteúdo do curso, Ivanete agradece Rosalina pela sua fala e passa a palavra para a Conselheira Cristina Viana de Jesus da SEPL, Cristina cumprimenta a todas, diz que com relação ao curso de capacitação recebeu email da Secretária Executiva Kaomi solicitando contribuições e fez uma contribuição ao conteúdo do mesmo, fala que é professora, está fazendo doutorado em Contabilidade na Universidade Federal de Santa Catarina, então quando fala dos instrumentos de gestão, PPA, LOA, traz a parte tanto de planejamento quanto de contabilidade portanto fez até uma alteração com relação a esse conteúdo, que é a parte de planejamento, que é a base, planejar para poder formular e criar políticas públicas, também gostaria de salientar que enquanto professora também, na sua humilde opinião, qualquer curso, qualquer formação, sabe que tem que desenvolver metodologias, tem que analisar a didática também, porque ela muito importante para facilitar a aprendizagem, fala que outra coisa que foi discutida hoje é com relação ao curso de formação ser da SEMIPI, pensa que de forma alguma o curso é da SEMIPI visto que foram enviados e-mails para todas as Conselheiras contribuirem, todas livres para poder fazer as suas contribuições, então, na percepção dela, esse curso era realmente para o Conselho, e não da SEMIPI, a Presidente Ivanete agradece Cristina pela sua fala, diz que tem um encaminhamento a ser feito, a votação para rejeitar ou para aprovar o recurso e trabalhar na proposta a metodologia do curso de capacitação, ou então como a Vice Presidente Mariana falou, a retirada da proposta, a Vice Presidente Mariana pede a palavra e reforça o que precisaria decidir se fosse prosseguir com o projeto hoje, o que precisaria definir, primeiramente é um formato de parceria com a Universidade Estadual de Londrina, diz que já tem uma minuta de deliberação para ser tratada no dia de hoje, estabelecer no teor dessa deliberação, um valor de até 400 mil, que seria o limite que haviam colocado, assim teria condições de fechar até terça feira da semana que vem, e dentro do formato de plano de trabalho, poderiam já colocar a metodologia, conteúdos programáticos, forma de execução do curso de capacitação, diz que para facilitar a opção seria abrir um drive para as contribuições das Conselheiras até terça feira pela manhã, finaliza a fala dizendo que então se as Conselheiras concordarem, podem submeter uma proposta da deliberação, havendo essa concordância, trabalhariam esses conteúdos, essa simplificação nesse drive, e na terça feira pela manhã fecharia essa proposta, a Presidente Ivanete agradece Mariana e coloca em votação pelo “chat”, se aprova ou se rejeita a proposta, após discussões por todas as Conselheiras, não havendo concordância, a proposta foi retirada retornando para a Comissão de Comunicação deste Conselho, Ivanete faz o encaminhamento de retorno para a Comissão de Comunicação agendando uma reunião do grupo de trabalho formado por Conselheiras que estão manifestando a participação pelo “chat”, portanto encaminhamento de reunião marcada para segunda feira dia 14 de outubro no período da manhã das 9 a 12 horas, diz que fique como uma aprendizagem para esse Conselho, a seriedade de uma proposta, o monitoramento, para que não se chegue em um próximo projeto, com as dificuldades, e embates que estão tendo na reunião de hoje, a Vice Presidente Mariana pede a palavra, diz que gostaria de apresentar a Conselheira Carla Konieczniak Aguiar que a partir de ontem passa a integrar a equipe da SEMIPI, diz que ela não é mais Conselheira da Secretaria da Saúde (SESA), mas agora é a Coordenadora de Enfrentamentos as Violências Contra as Mulheres da SEMIPI, agradece e dá boas vindas a ela, Carla agradece, diz que ontem começou na SEMIPI, está ainda conhecendo a equipe, se adaptando, diz que é sempre um prazer estar aqui neste Conselho, que podem contar com ela e que fica à disposição, Mariana fala que gostaria de agradecer também a professora Claudete pela dedicação e todas as outras professoras que tiveram até agora nesta reunião, diz que ainda é extremamente importante a participação da UEL, que só vai precisar ajustar o discurso, o alinhamento de condução do processo e aceitar um caminho viável para a condução dessa formação, não tendo mais nada a tratar a Presidente Ivanete passa para o próximo ponto de pauta; item três; **3) Selo Viajantes Mais Seguras**: A Vice Presidente Mariana fala que primeiramente gostaria de contextualizar que tem sido feitas algumas tratativas com a Secretaria de Estado do Turismo e também com a Secretaria de Estado do Esporte a respeito de um programa estadual, que é o Verão Maior, e dentro dessa discussão conseguiram enxergar uma oportunidade de participação do Conselho, diz que a princípio estão chamando de Projeto Mulheres Protegidas no Verão Maior, explica que tudo começou em abril de 2023, logo com a criação da Secretaria de Estado da Mulher, em um workshop com todas as Secretarias de Estado, nesta ocasião, a Secretária Leandre Dal

Ponte enviou um ofício a todos os(as) Secretários(as) perguntando quais são as ações que as Secretarias tem, e a Secretaria do Turismo ficou constrangida porque não tinha nenhuma ação para as mulheres, a partir daí a própria equipe do turismo começou a identificar uma necessidade de realizar um projeto específico, iniciou-se uma conversa ainda técnica para pensar um programa, foi se trabalhando na linha do que a legislação impõe para a regulamentação, que enfim deu origem a duas resoluções conjuntas em março deste ano, conta que as duas resoluções que foram assinadas foram lançadas em março, porque Curitiba sediou o Encontro Nacional do Turismo e foi exatamente no dia 8 de março que foi o dia da mulher, e o que ocorreu então foi que houve uma resolução da Secretaria de Turismo junto com a Secretaria da Mulher, criando o código de conduta das mulheres viajantes nos estabelecimentos de turismo, hotéis, restaurantes e bares que pudessem adotar os conteúdos que são a reprodução da própria lei, a lei estava trazendo todo o conteúdo, então é a replicação da lei, o código de conduta, que significa que quando identificar a mulher em situação de violência, acionar os canais da polícia e tudo mais, conta também que houve uma segunda resolução, que trata da criação do Selo Viajantes Mais Seguras, quando o próprio turismo já tem essa prática e vem desenvolvendo uma relação com os estabelecimentos da área turística, uma vez que os mesmos preencherem alguns requisitos irão receber um credenciamento da própria SETU, baseado em uma lei federal, que inclusive é monitorada e fiscalizada pelo próprio Instituto do Ministério do Turismo do Governo Federal e ali então, o objetivo de todo esse processo é assegurar que as empresas e prestadores de serviços turísticos e eventualmente em empreendimentos não vinculados ao setor turístico, por exemplo, Uber que não é vinculado ao setor turístico, mas promove esse ambiente livre e seguro da violência de gênero, fala que avançaram na definição de um programa que está sendo agora instituído, ainda não formalmente com essa denominação mas que está se tornando um programa na prática, que tem como objetivo proporcionar às mulheres a experiência turística segura e acolhedora nos destinos do Paraná, então é um reconhecimento dessas instituições que tanto irão cuidar das mulheres que usarem os serviços como consumidoras, como irão cuidar também das mulheres trabalhadoras no setor turístico, fala que a Secretaria do Turismo teve a iniciativa de contratar o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para desenvolver um curso que foi lançado na semana passada, um curso de 35 minutos com conteúdo desenvolvido para toda a rede turística ser preparada para receber as mulheres a partir do Verão Maior, este curso já está disponível na página da Secretaria de Turismo, continua explicando que é uma iniciativa ainda piloto, sabe que tem muito mais a ser feito, mas como não existia absolutamente nada, foi um primeiro passo possível e viável de se fazer neste momento, então hoje, se a mulher é dona de uma pousada, de um restaurante, de um bar, e quer receber o selo do turismo Mulheres Viajantes Mais Seguras, basta entrar nessa plataforma, fazer o curso e quando finalizar o mesmo, tem algumas perguntas, inclusive assina um termo de compromisso de adotar esse código de conduta e recebe via email o selo Mulheres Viajantes Mais Seguras, então, o selo vem explorar os conteúdos sobre importunação sexual, o comprometimento com o turismo, sendo uma política de segurança para as mulheres, acolhedora inclusive, para todas as diversidades de mulheres, e o sinal universal de pedido de ajuda, sendo que isso já existe em outros países, ou seja, para quem é turista, que viaja para outros países e está numa situação de perigo, aciona esse sinal, que é um sinal com a mão aberta, onde se dobra o polegar e fecha a mão por cima do polegar, esse é um sinal que pode fazer com que qualquer pessoa dos estabelecimentos que têm essa formação consigam acionar a polícia ou os órgãos de segurança imediatamente para atender aquele chamado, portanto estão tratando para que essas instituições que são empresas, saibam disso, vai finalizando a sua fala dizendo que hoje existe uma expectativa de fazer os próximos passos de mobilização dos municípios para poder receber esses selos, fazer a mobilização junto às empresas e fazer o seu lançamento ainda no final de outubro ou início de novembro, antes do Verão Maior que inicia no dia 28 de dezembro e termina no dia 2 de fevereiro, fazer o lançamento em pelo menos sete municípios que integram o litoral do Paraná, aqueles que estejam mais preparados para receber essa formação, além dos outros municípios ao longo do Estado que com certeza também serão objeto para receber esse conteúdo, convida o Conselho para integrar essa ação e participar também desses próximos passos, que seria o programa Viajantes Mais Seguras, diz que identificaram também a necessidade de avançar em um outro protocolo que é o protocolo “Não é Não”, explica que hoje tem uma legislação federal que inclusive impõe o dever de divulgar em casas noturnas, espetáculos musicais, shows, onde tem venda de bebida alcoólica, isso está expresso na lei, divulgar que existe um protocolo para a prevenção da importunação de mulheres e, também divulgar os canais de denúncia para as mulheres que estiverem frequentando esses locais, diz que como também o protocolo “Não é Não”, é uma lei federal mas também tem leis estaduais, o próprio código da mulher também já fala dessa questão do “Não é Não”, portanto estão avaliando desenvolver um material, semelhante a um cartão de visita, para a mulher colocar dentro da capa do seu celular quando for para boate, para praia, quando for para qualquer lugar levando somente o celular, assim colocaria esse material na mão das mulheres, com os conteúdos que estão previstos na Lei Federal 14.786, para mostrar sobre, toques indesejados, beijos, abraços a força, passadas de mãos, contato a força, gestos obscenos, comentários com teor sexual, constrangimento, compartilhamento de imagens íntimas se não tiver

consentimento, ou seja, mostrando que tudo isso é crime, com a frase: “Não se cale, peça ajuda, denuncie!”, continua explicando que neste material constariam os canais de denúncia, também constaria o QR Code do boletim de ocorrência para que possa acionar numa situação de perigo, também constaria a logo da SEMIPI e do Conselho caso ele queira integrar essa ação, diz que pensou-se integrar o Conselho devido ao relato da visita da Conselheira Maria Isabel a Guaraqueçaba no litoral, relato de uma violência bastante expressiva na região e uma recomendação para que o Governo adote medidas voltadas ao verão, pensa que a integração do Conselho é bastante importante visto que a partir da execução do fundo, tendo um saldo de recursos, possa se viabilizar a impressão desses materiais, inclusive, para ser uma ação compartilhada com o Conselho, fala então da Deliberação nº 05 de 2024 aprovada no dia 7 de maio deste ano e assinada pela Presidente Ivanete, que trata da reserva dos recursos voltados a diárias e passagens das Conselheiras no valor de R$ 200.000,00 com três ações principais, diárias, locomoção e traslado das Conselheiras, material gráfico e inscrições em eventos pertinentes à área de atuação de interesse do Conselho, conta que atualmente tem um monitoramento dessa ação orçamentária que sendo que está chegando na ordem de executar até o final do ano em torno de R$ 50.000,00, portanto verificar a viabilidade de dedicar, se for o caso, se as Conselheiras assim considerarem, o saldo remanescente dessa ação para esses materiais e, eventualmente, também o custeio de diárias para a participação das Conselheiras, inclusive nesses encontros sobre a preparação, capacitação dessa rede, diz que então seria um convite para o Conselho participar dessa ação e também para trazer a ação de transparência, como foi falado várias vezes nessa reunião, finaliza dizendo que seria esta a sua proposta e que está a disposição para eventuais dúvidas, a Conselheira Maria Isabel pede a palavra fala que para uso do saldo remanescente de R$ 50.000,00 estão incluídos os 21 dias de ativismo que acontecerão do dia 20 de novembro até o dia 10 de dezembro, que é o dia internacional dos direitos humanos, já acordado neste Conselho, a Vice Presidente Mariana responde que sim, está incluído, após sanar todas as dúvidas diz que não teria uma necessidade de deliberação, porque, como o Conselho já deliberou o uso em material gráfico, só faria uma pactuação desta entrada, incorporaria no projeto técnico e encaminharia a resposta para o Conselho, conta que o protocolado já foi enviado via WhatsApp no dia de ontem para o Conselho, todas concordam com a proposta, não tendo mais nada a tratar desta pauta a Presidente Ivanete passa para o próximo ponto de pauta; item quatro; **4) Monitoramento do Fundo Estadual dos Direitos da Mulher (FEDIM/PR)**: A Vice Presidente Mariana diz que irá falar a respeito dos repasses do Fundo para os municípios, conta que quando fechou o calendário de repasses em virtude do impedimento eleitoral da deliberação n°4 já haviam feito o balanço para o Conselho dos gastos do recurso, fala que foram contemplados 150 municípios e foram gastos em torno de R$ 10.000.000,00, continua explanando que gastaram R$ 890.000,00 mas conseguiram completar com os 4 municípios que haviam ficado devendo o CNPJ e que após o período eleitoral conseguiram completar essa exigência, portanto irão liquidar completamente a previsão de R$ 11.240.000,00 que havia sido aprovado pelo Conselho, continua falando que no período eleitoral não foram reabertas habilitações dos municípios, porém foram identificados que em torno de 50 municípios que fizeram a apresentação de pedidos de novos repassos de recursos, a maior parte deles já haviam sido contemplados pela mesma deliberação, e não são aptos para receber novamente, mas aproximadamente 9 municípios estão em análise pela área técnica para saber se eles estão com a documentação correta para receberem novos recursos, caso todos estes 9 sejam contemplados vai ser feita uma nova conversa com o Conselho apresentando quais são esses municípios, continua a explanação dizendo que na deliberação dos investimentos, haviam colocado em torno de 72 municípios para receber os recursos, na época com uma previsão de R$ 6,5 milhões, com essa previsão entenderam que seria possível comprar os veículos para os municípios que possuíssem Organismos de Políticas para Mulheres - OPMs, porém os preços desses veículos subiram muito, diz que tentaram fazer a adesão de um pregão, mas ele continha as especificações de que não poderia aderir, a partir daí foi feita uma nova consulta jurídica que retornou várias vezes até chegar nesse momento em um formato que é possível viabilizar ainda a compra desses veículos, mas agora tem a situação de que não tem como viabilizar a compra para os 72 municípios que possuem OPMs, explica que esta foi a deliberação número 8, Investimento para a qualificação da atuação dos OPMs municipais, compra centralizada, quando o Governo do Estado compra e doa, em conjunto com o Conselho, na época da deliberação foi estimado que um carro iria custar cerca de R$ 80.000,00 mas quando viram a especificação técnica dos veículos notaram que precisaria de quase R$ 1.000.000,00 para atender esta compra, vai finalizando a sua fala dizendo que seria esta transparência que gostaria de colocar, portanto aguardam a análise completa da documentação desses novos municípios inscritos para receber os recursos aguardam a chegada dos novos orçamentos dos veículos para ver se vai caber dentro dos municípios que tem OPMs e quando tiver tudo isso já finalizado, será trazida a minuta da deliberação para deliberar com o Conselho, a Presidente Ivanete agradece Mariana, vai finalizando a reunião dizendo que na reunião de hoje aconteceu um impasse quando a professora da UEL Claudete Canezin se retirou, impasse este que aconteceu por falta de comunicação visto que as conselheiras estavam esperando a presença da Reitora da UEL Marta Favaro, conforme havia sido acordado e não foi informada a sua ausência

nesta reunião, mas acredita que se a comunicação fluir, se consegue também fluir nas reuniões, então que se priorize a comunicação, não só a externa mas a interna também, fala que com relação ao que foi escrito no “chat” que as Conselheiras calaram a voz de Claudete Canezin, diz que gostaria de deixar bem claro que não foi essa a intenção, pois como são Conselheiras de movimento social jamais calam a voz de outra mulher, o que ocorreu foi que não precisava aquela apresentação de todo o conteúdo que ela trazia se as Conselheiras estavam tomando uma outra deliberação, então foi uma questão de ordem de falas porque se as Conselheiras não concordam com os encaminhamentos que estão sendo dados, precisam pedir ordem naquilo que precisa de esclarecimento, precisa antes estar em debate para um entendimento coletivo, a Conselheira Carmen Regina Ribeiro pede a palavra, fala que concorda plenamente com a fala da Presidente Ivanete, diz que gostaria de falar a respeito de um manifesto que recebeu e irá postar no grupo de WhatsApp, que é sobre a questão da mortalidade materna no Brasil que está crescendo, então uma manifestação grande, e gostaria de saber se o CEDM assinaria essa manifestação, conta que o Conselho de Santa Catarina já assinou e tem várias entidades assinando, no sentido de reforçar o pedido de uma mudança no modelo de atendimento da gestação ao nascimento, reforçar o que a SESA tem divulgado e a necessidade da insistir mais na presença de enfermeiras obstetras nas salas de parto, enfim, algumas recomendações que são gerais, então pede para que todas as Conselheiras deem uma olhada no manifesto e se tiverem alguma discordância que o Conselho assine, que se manifestem, Ivanete agradece Carmen e não tendo mais nenhuma solicitação de fala, deseja que todas tenham um bom final de semana, um bom feriado, agradece a todas as Conselheiras, Convidadas(os), Colaboradoras(es), dando por encerrada a 2° Reunião Extaordinária do mês de outubro. Esta ATA foi degravada por Sandra Cristina Hey Paizani Assessora da SEMIPI, e será encaminhada as Conselheiras para contribuições, depois de aprovada em reunião plenária será publicada no DIOE e publicizada no site do CEDM/PR.